

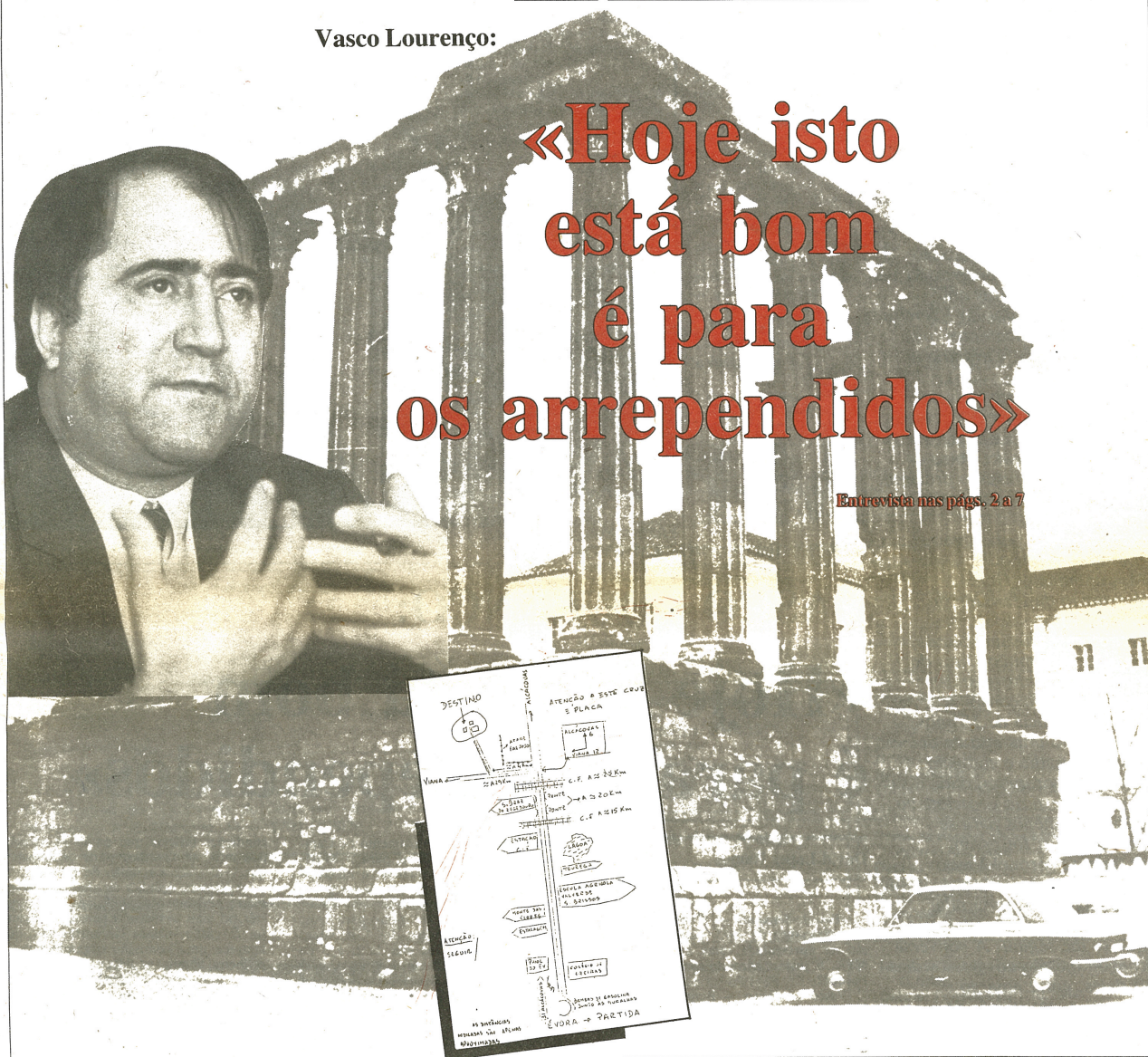
TEMAS

Vasco Lourenço:



«Hoje isto
está bom
é para
os arrependidos»

Entrevista nas págs. 2 a 7



As origens remotas do fascismo chileno

págs. 9 a 11

Faz no próximo dia 9 de Setembro 15 anos que, ao reunirem-se na Herdade do Sobral, nos arredores de Évora, para discutirem problemas que os afectavam, 136 capitães do Exército Português se constituíram nos progenitores do «Movimento de Capitães», que evoluiu para o «Movimento das Forças Armadas», responsável pelo derrube do regime fascista em 25 de Abril de 1974. O então capitão Vasco Lourenço (hoje tenente-coronel na reserva e presidente da direcção da Associação 25 de Abril) foi o responsável pela coordenação dos trabalhos de organização da reunião de Évora, convocada para os capitães decidirem da resposta a dar ao conteúdo de dois decretos-leis, cuja aplicação traria prejuízos à progressão normal das carreiras dos oficiais subalternos do Exército das Armas combatentes, ou seja, Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Os citados decretos-leis do Governo de Marcelo Caetano provocaram ou ampliaram a indignação reinante entre os capitães, cujo passado próximo, presente e perspectivas de futuro se encontravam condicionados pelas guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné.

A reunião da Herdade do Sobral, emprestada para o efeito por Celestino Garcia, familiar do capitão Dinis de Almeida, um dos grandes animadores da conspiração, vista à distância de 15 anos, surge como uma atitude de grande ousadia e coragem, assumida por quem, dada a sua condição, estaria vocacionado para tudo menos para se rebelar. Mas foi assim.

O tenente-coronel Vasco Lourenço, solicitado pelo «Fim de Semana», aceitou falar desses tempos e, também, do que se lhe seguiu. A conversa chegou mesmo aos nossos dias. E deles, entre amargo e irónico, o presidente da Associação 25 de Abril diz: «Hoje, ter pertencido ao MFA, ter-se empenhado no 25 de Abril, em termos militares, é um selo negativo. Bem negativo. Salvo raríssimas excepções, isso impossibilita tais militares de atingirem postos de comando importantes.

«Comparando, em certa medida, com o que se passa nos diferentes sectores da vida nacional, isto hoje está bom é para os arrependidos. O que é espantoso! Porque o 25 de Abril saiu vencedor e a situação democrática que vivemos é resultante do 25 de Abril!»

FOTOS DE LUIS MANUEL VASCONCELOS



MFA

NASCEU HÁ 15 ANOS EM ÉVORA

VASCO LOURENÇO:

«Hoje isto está bom é para os arrependidos»

David Lopes Ramos

«Fim-de-Semana» — Começemos pelo 9 de Setembro de 1973. Esta data costuma ser apresentada como a do início do MFA. É justo e correcto encará-la assim? Porquê?

Vasco Lourenço — Bem, sempre que estamos perante um acontecimento histórico, discute-se «a posteriori» quem tomou a iniciativa. Neste caso, isso também se passou. Na minha opinião, se quisermos marcar com uma data, com o acto concreto, o arranque do movimento, que na altura não se chamava Movimento das Forças Armadas, mas sim Movimento de Capitães, essa data é, de facto, o 9 de Setembro.

No entanto, é preciso ter presente alguns aspectos. Por exemplo, os camaradas militares que estavam na Guiné já tinham inclusivamente aprovado um documento de contestação aos decretos antes da reunião de 9 de Setembro, documento que já nos foi útil na reunião de Évora. Daí que alguns deles defendam que o Movimento nasceu na Guiné.

Penso, porém, que não têm razão, uma vez que nós aqui no Continente (na Metrópole, como então se dizia), também já tínhamos feito várias reuniões preparatórias. O que é justo dizer é que o Movimento não nasceu espontaneamente a 9 de Setembro. E pode também dizer-se que o Movimento começou antes do dia 9 de Setembro. Mas o acto concreto que, na minha opinião, que estive, como sabe, no centro de todos esses acontecimentos, o acto concreto que pode e deve ser apontado como o do

pontapé da saída do Movimento de Capitães, que depois evoluiu para o Movimento das Forças Armadas, é efectivamente, até pelo número de presenças, a reunião de 9 de Setembro.

Mas, se quisermos olhar para trás, chegamos ao Congresso dos Combatentes, que decorreu nos dias 1, 2, e 3 de Junho de 1973, no Porto, e à nossa reacção contra essa realização. Demos aí os primeiros passos que nos lançaram depois na situação em que criámos o Movimento. A nossa resposta ao Congresso dos Combatentes foi feita através de abaixo-assinados de oficiais e de um envio de um telegrama.

A seguir a isso fizeram-se umas reuniões dispersas, mas sem se saber bem o que é que se ia fazer: se era possível continuar ou não; organizarmo-nos ou não e para quê. Foi então que surgiu o célebre decreto-lei (Decreto-Lei 353/73, de 13 de Julho de 1973) do Sá Viana Rebelo que foi, de facto, um homem, como já tenho dito muitas vezes, a quem se devia construir uma estátua, porque deu motivo para a união de muita gente. Com o decreto, passou a haver um motivo palpável, passaram a estar em causa questões de natureza profissional e material. Muita gente sentiu-se lesada e com razões para reagir.

Tais reacções motivaram um outro decreto (decreto-lei 409/73, de 20 de Agosto de 1973) que pretendia apaziguar, sem o conseguir, uma situação em que os oficiais se manifestaram através de exposições, quer colectivas, quer individuais. A contestação não parou e começaram a realizar-se encontros e reuniões para discutir um caminho de resposta aos decretos. Então surgiu a reacção colectiva vinda da Guiné, enquanto nós aqui, nas

condições difíceis que então se viviam, nos movimentávamos para organizar o que veio a ser a reunião de Évora.

Apesar da reunião ter sido organizada muito rapidamente, ainda andámos umas três ou mais semanas a pensar no assunto. E então, nessas circunstâncias, que aparece uma comissão organizadora, a primeira comissão, de onde sai, depois, uma Comissão Coordenadora do Movimento de Capitães que, é evidente, estava a dar os primeiros passos.

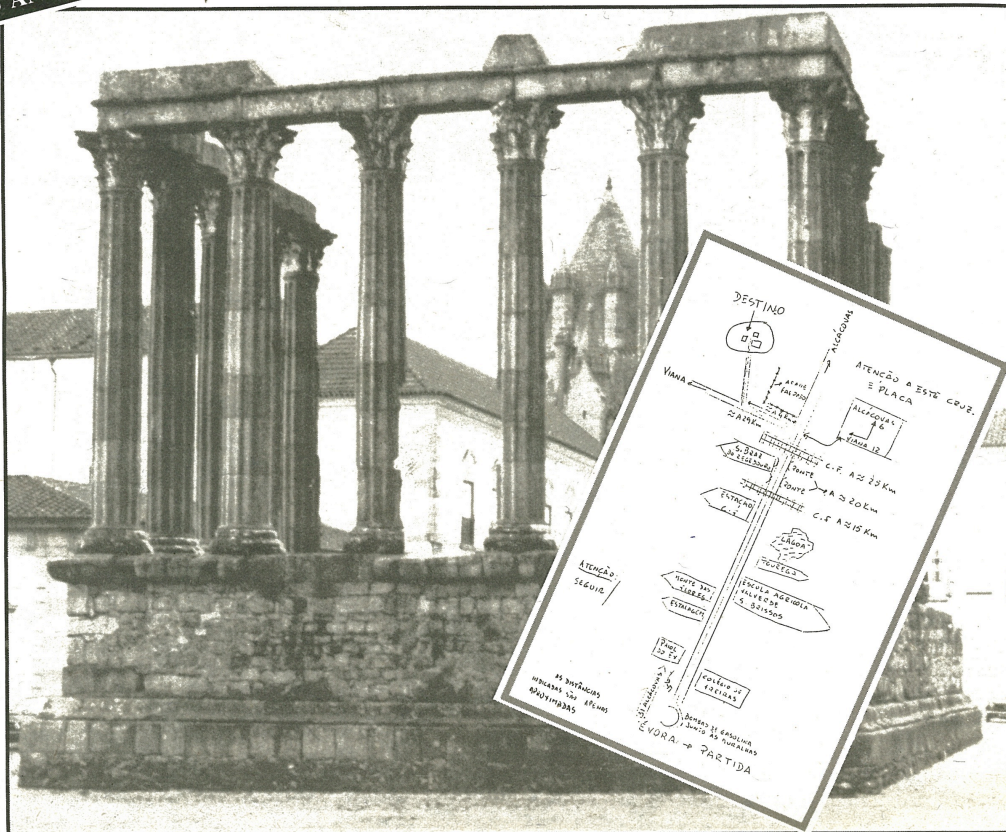
É por este conjunto de razões que, em minha opinião, a haver uma data, um acontecimento que deva ser considerado como o pontapé de saída, ele é o 9 de Setembro. Mas, insisto, a reunião de Évora não apareceu por geração espontânea. O 9 de Setembro não começou do nada. Já havia antecedentes e uma preparação prévia.

Das questões profissionais e das outras

— Resulta da sua primeira resposta que houve militares que se lançaram na conspiração por razões profissionais e com o objectivo de as resolver. Mas essas eram as únicas questões que motivaram os oficiais? Também não havia quem, desde o início, achasse que o que havia a fazer era acabar com a guerra e derrubar o regime? Entretanto, só mais tarde é que se fala da necessidade de fazer uma revolução. A palavra, tanto quanto se sabe, foi empregue pela primeira vez pelo tenente-coronel Luís Ataíde Banazol. Foi aí que os espíritos se iluminaram? Como é que estas coisas acontecem?

— Como sabe, essa é uma das questões mais polémicas, ao menos em minha

«O que é justo dizer é que o Movimento não nasceu espontaneamente a 9 de Setembro. E pode também dizer-se que o Movimento começou antes do dia 9 de Setembro. Mas o acto concreto que, na minha opinião, que estive, no centro de todos esses acontecimentos, o acto concreto que pode e deve ser apontado como o do pontapé da saída do Movimento de Capitães, que depois evoluiu para o Movimento das Forças Armadas, é efectivamente, até pelo número de presenças, a reunião de 9 de Setembro.»



Templo de Diana: local de concentração dos capitães em Évora e reprodução do croquis que os guiou até ao local da reunião

opinião, que se colocam sobre as origens do 25 de Abril. E há muita gente que acusa o MFA de ter tido na sua origem questões meramente profissionais e corporativas.

Mas um analista que queira abordar de forma correcta as coisas, chega rapidamente à conclusão de que isso não foi exactamente assim. Como já referi, a resposta ao Congresso dos Combatentes (que foi uma resposta que envolveu muita gente que correu riscos, porque tais tomadas de posição eram, na altura devido à situação vigente, muito difíceis de assumir) foi uma resposta totalmente de carácter político.

Quer dizer, a resposta dos oficiais ao Congresso dos Combatentes (que foi uma montagem com que o regime vigente pretendia criar condições para o reforço do esforço de guerra) foi de natureza política. Na reação dos oficiais ao Congresso não há questões profissionais. Sei do que falo, porque também estive na resposta ao Congresso dos Combatentes. Não fui dos que tomaram a iniciativa dessa resposta, mas estive depois na resposta.

Recordo-me que dois dos que estavam a coordenar a resposta eram os então maiores Ramalho Eanes e Firmino Miguel. Eu fui abordado, juntei-me rapidamente a eles e recolhi uma série de assinaturas. Da nossa acção resultou que o Congresso foi um fiasco.

Depois disto, como já lhe disse, alguns de nós continuaram a reunir-se, discutindo o que é que era possível fazer. Porque era preciso fazer alguma coisa para acabar com a situação que se vivia, quer de guerra colonial, quer de falta de liberdade, enfim com o regime que existia.

Mas é evidente que não era fácil para gente que não estava enquadrada politicamente, para militares, e com aquela situação que existia da Pide e da Legião Portuguesa, e que nós costumávamos caracterizar como sendo 50 por cento a vigiar os outros 50 por cento, não era fácil entrar logo a discutir questões dessa natureza, mesmo em grupos reduzidos. Tudo era feito com muito cuidado.

No entanto, as reuniões faziam-se. Em minha casa, em casa de outros militares entre o final do Congresso dos Combatentes e a reunião de 9 de Setembro, um grupo reduzido, éramos 15 a 20, mas só nos reuníamos oito a 10 de cada vez, encontrámo-nos para discutir a situação umas cinco ou seis vezes.

Nesse meio tempo surgem os decretos

e lembro-me que, na última reunião dessa meia dúzia que fizemos depois do Congresso (e lembro-me muito bem dela porque, inclusive, foi em minha casa), a grande discussão que se travou foi a esse respeito. Coube-me informar que aamos fazer uma reunião alargada em Évora para encontrar formas de resposta aos decretos. Houve então um capitão que lá estava que reagiu dizendo que os decretos não tinham importância, que não iríamos a lado nenhum com reuniões desse tipo, que o que era preciso era organizarmo-nos em pequenas células, portanto clandestinamente, para tentar fazer qualquer coisa de concreto.

Lembro-me ter-lhe respondido que se ele não quisesse ir a Évora que não fosse, e disse-lhe que com pequenas reuniões é que nós chegaríamos a lado nenhum. Argumentei que os decretos eram uma oportunidade única e eu então que eu disse, pela primeira vez, o que depois tenho repetido: que ainda um dia mais tarde havíamos de fazer uma estátua ao «Meia Nau» (era assim que era conhecido o Sá Viana Rebelo, porque ele só tinha «proa»), por ele nos ter dado um motivo de união de todos, tanto mais que é sabido que há gente que só se queixa quando lhe dói a barriga. E foi assim que nós arrancámos para a reunião de Évora.

Agora, pode-me perguntar: houve pessoas que foram para lá só a pensar na questão dos decretos? Claro que houve! Houve outras pessoas que foram para lá já a pensar noutras coisas? Também houve: basta pensar no que se passava comigo. E, de facto, logo em Évora se verificou que havia posições diferentes.

Novo Episódio

Aqui chegando, o tenente-coronel Vasco Lourenço contou mais um episódio:

Recordo-me de uma conversa que tive então com dois camaradas meus, capitães, que vieram de Castelo Branco para a reunião, contactos meus, que se encontraram comigo aqui em Lisboa, no dia 8 de Setembro. Durante o encontro, passeando na «baixa», no Rossio, expliquei-lhes o que previa que se iria passar no dia seguinte. A certa altura do passeio, lembro-me que lhes disse: «Neste momento, há duas grandes posições que se começam a definir entre a malta que estará presente na reunião de amanhã; uns querem actuar de imediato, querem escaqueirar tudo, fazer greves, manifes-

tações, qualquer coisa; outros não, pois acham que há primeiro que organizar, ir devagar e, por isso, defendem posições muito mais cautelosas.» Lembro-me que um deles se virou para mim e disse: «Tu estás, de certeza absoluta, no primeiro grupo, no que quer esclarecer já tudo!» Respondi: «Estás completamente enganado. Sou precisamente dos que defendem mais que, por enquanto, não há condições mínimas para fazer nada e que há que preparar tudo rápido, mas preparar.» Olharam para mim e comentaram: «Não te estamos a conhecer.» Mas eu respondi: «Não, não. Quando é preciso ir para a frente, vai-se para a frente. Agora parar um comboio em andamento à cabeça, não!»

Portanto, é evidente que entre os 136 capitães, oficiais subalternos, que participaram no 9 de Setembro, havia posições diversas. E tais posições manifestaram-se durante a reunião. Ainda por cima havia um grupo forte, fundamentalmente constituído pelos militares de Mafra, da Escola Prática de Infantaria, que defendia as posições mais radicais. (Seria até, a esta distância, muito interessante analisar a evolução política desses elementos ao longo de todo o processo, incluindo o conspirativo, bem como interessante seria apreciar a evolução do tal que me dizia que «nada de decretos; temos é que nos organizar em células». Este, e muitos outros, evoluíram para posições claramente anti-25 de Abril.)

Aos que então perfilhavam as posições mais moderadas, deu-nos um trabalho doido, e não foi nada fácil, conseguir que prevalecessem os nossos pontos de vista, porque havia indivíduos que defendiam uma manifestação com a farda número 1 pela Avenida da Liberdade abaixo; outros queriam uma greve de braços caídos, queriam eu sei lá o quê! E não tinham outro objectivo em mente além dos decretos! Havia, efectivamente, posições diversas.

Prestígio:

a grande descoberta

Ainda no âmbito da resposta à pergunta sobre as razões que levaram os capitães à conspiração, o tenente-coronel Vasco Lourenço acrescentou:

— Da reunião de Évora saiu também a grande palavra de ordem, que ao mesmo tempo constituiu a melhor segurança e o elemento mais dinamizador do Movimento. Não lhe vou dizer quem foi o pai da criança, porque não sei dizer exac-

tamente quem terá sido, mas considero extraordinariamente feliz a sua formulação: «reconquista do prestígio das Forças Armadas», foi a grande palavra de ordem do Movimento. Discutimos muito o tema: o prestígio é igual a quê? Melhores vencimentos? Melhores condições sociais? Melhores condições de formação intelectual? O que é isso do prestígio? Não foi fácil a discussão.

No meu caso, lembro-me de uma grande discussão que tive a esse respeito, com o evoluir do processo, com o chefe do Estado-Maior da Região Militar de Lisboa. Eu tinha sido preso. Quando me foi apresentar ao QG, a discussão surgiu. E o chefe do Estado-Maior queria convencer-me que o prestígio dos militares tinha melhorado muito, pois os respectivos vencimentos tinham acabado de ser aumentados. Respondi-lhe que uma coisa não tinha nada a ver com a outra, que um indivíduo podia ganhar muito dinheiro e não gozar o mínimo de consideração junto da população.

Esta palavra de ordem foi extraordinariamente feliz, até por não ser fácil ao poder responder-lhe. Nós defendíamos que os militares estavam desprestigiados junto da população portuguesa e argumentávamos que era preciso reconquistá-lo.

«Este argumento era o nosso grande argumento quando éramos levados à presença dos nossos superiores hierárquicos: no dia 23 de Dezembro de 1973, depois do Dinis de Almeida e eu termos sido obrigados a passar a noite em unidades diferentes, fomos chamados, em separado, ao subsecretário de Estado do Exército, coronel Viana de Lemos. Ele acusou-me de andarmos a fazer umas reuniões esquisitas e proibidas. Não neguei, mas perguntei: «*E andamos a reunir-nos para quê? Para reconquistar o prestígio das Forças Armadas!*» E até lhe disse: «*O senhor é militar. Está convidado para a próxima reunião. Ou o senhor não está preocupado com o prestígio das Forças Armadas?*»»

Uma história

no 9 de Setembro

— Aliás, então não foi a primeira vez que convidou um alto responsável para as reuniões do Movimento. Conta-se, em jeito de anedota, que fez o mesmo, no Templo de Diana, em Évora, aos então 1.º e 2.º comandantes da Região Militar, no dia 9 de Setembro.

MFA NASCEU HÁ 15 ANOS

«Esta formulação, "reconquista do prestígio das Forças Armadas", foi a grande palavra de ordem do Movimento. Discutimos muito o tema: o prestígio é igual a quê? Melhores vencimentos? Melhores condições sociais? Melhores condições de formação intelectual? O que é isso do prestígio? Não foi fácil a discussão.»



— Bem, nestas coisas, como em tudo, depois começa a fazer-se romance... É verdade que houve um episódio passado no Templo de Diana, no dia 9 de Setembro, em que os dois militares citados estiveram envolvidos.

Como já lhe disse, fui eu o coordenador da organização da reunião de Évora. Constituímos uma comissão organizadora da reunião de cinco capitães. Eu era o mais antigo e fosse porque na tropa a antiguidade é um posto, ou porque me fosse reconhecida alguma ascendência pelos meus camaradas, o que é facto é que eu fiquei como coordenador.

Coube-me, também, com base nos elementos que me foram dados pelo Diniz de Almeida, desenhar o "croquis" com o itinerário que os oficiais deveriam percorrer desde o Templo de Diana, local de concentração dos que vinham do Norte (os do Sul partiam das bombas de gasolina, à entrada de Évora, onde estava o capitão Piteira Santos) até à Herdade do Sobral, lugar da reunião.

Tínhamos combinado que nos encontraríamos no largo do Templo de Diana, entre a uma e as duas da tarde. Quando lá chegámos — quatro capitães em dois automóveis que almoçáramos juntos em Montemor-o-Novo — o capitão Bicho Beatriz, que ia num dos carros, estávamos a descer, disse: «Eh pá! O 2.º comandante da Região Militar! Eu conheço-o e ele conhece-me!» Deu meia volta, e desapareceu.

Era o 2.º comandante que estava a chegar num carro, um «Mercedes» preto. Bem, logo a seguir, chega outro carro com o comandante da Região Militar. E nós ficámos numa situação terrível, porque o Bicho Beatriz, que era um dos capitães da Comissão Organizadora, é que tinha os "croquis", que eu lhe dera, para ele numerar, a fim de fazermos o controlo da respectiva distribuição. Assim, quando ele desapareceu, levou com ele, no carro, os "croquis".

Como tinha uma reserva de "croquis" no meu carro, decidimos distribuí-los mesmo sem numeração. E tudo isto se passava com a agravante de termos chegado e termos visto o jardim junto do Templo de Diana cheio de malta nova, de cabelo curtinho, com todo o aspecto de serem militares, numa clara demonstração de que ali se passava qualquer coisa fora do normal. Agora dá vontade de rir: o jardim cheio de gente, a passear, dois a dois, fazendo de conta que não se conheciam, porque tínhamos dado indicação para não haver manifestações de

alegria ou de amizade.

Houve uns momentos de hesitação, até que eu arranquei pelo jardim dentro, com um maço de "croquis" na mão e começo a passar pelos capitães que lá estavam e a dizer-lhes: «Desapareçam!», ao mesmo tempo que entregava um itinerário a cada grupo de dois. E eles «Mas...». E eu: «Desapareçam! Desapareçam!» Entreguei alguns dos papéis a um outro capitão que me acompanhava e disse-lhe para ele os distribuir e mandar desaparecer os nossos camaradas. De repente, começa-se a ver aquela gente toda a ir direita aos carros e a desaparecer.

O comandante e o 2.º comandante, que estavam acompanhados por um major, elemento que nos denunciara, mas, por não saber todos os pormenores, deve ter dito que a reunião se efectuariam ali no Templo de Diana, quando viram toda a gente desaparecer ficaram sem perceber nada.

Feita a dispersão de toda a gente, ficámos os elementos de ligação, que éramos uns cinco ou seis, até às duas horas. As duas foram-se embora e permaneci eu que tinha ainda a missão de ficar ali, até às duas e meia, com o capot do meu carro aberto, senão para algum capitão que não conhecesse, nem fosse conhecido por qualquer dos elementos de ligação. Nesse caso, ele dirigiu-se-ia ao condutor desse carro, identificou-se-ia como capitão e, depois de identificado, seria conduzido ao local da reunião.

Bem, entretanto, no meio disto tudo, vejo o comandante e o 2.º comandante a avançar para mim e penso: «Estrou tramado. Vem-me perguntar o que se passa e vai ser uma chatices.» Então, disfarcei. Tinha uma máquina fotográfica e, embora fingindo que tirava uma fotografia ao Templo de Diana, fotografei-os a eles, quando eles vinham a avançar para mim. E eles não tiveram, não sei se lata, se o que foi, ou se os desarmeí ao tirar-lhes a fotografia. O que é facto é que não viam falar comigo.

A sua pergunta, entretanto, deve estar relacionada com o seguinte: havia lá um outro capitão que, porque era conhecido deles, os tinha ido cumprimentar. Veio comunicar-me o facto e eu disse-lhe: «Convida-os para o que já sabes, ou seja, para uma patuscada em que nos vamos despedir de um capitão. Se eles estiverem interessados em ir lá comer umas febras connosco, que venham comer as febras.» O convite foi-lhes transmitido e eles disseram que não. Resposta que nós já esperávamos. Esta foi uma das cenas

passadas, efectivamente, no 9 de Setembro.

Reuniões amplas e circulação de informação

— Logo desde a reunião de Évora se verifica que as vossas principais decisões foram tomadas em plenários, apesar das condições de falta de liberdade em que se vivia. Essa não é das menores ousadias e originalidades do Movimento. Por outro lado, houve sempre da parte da direcção do MFA uma grande preocupação de manter bem informados todos os aderentes. Como é que aqui jogou o problema da linha hierárquica?

É difícil responder-lhe claramente a esta questão, mas posso falar-lhe da minha própria experiência. Pode haver quem pense de maneira diferente e, inclusivamente, dizer que é "a posteriori" que estou a arquitectar um tipo de resposta ou de justificação para determinados acontecimentos passados. De qualquer maneira, eu fui responsável pela ligação e pertenci, desde a organização do 9 de Setembro, a todas as Comissões Coordenadoras que se foram constituindo ao longo do processo. Estive sempre dentro dos problemas. Tenho, por isso, a minha maneira de ver todas essas questões, sendo evidente que outros poderão ter outras.

Como já disse, houve posições várias ao longo do processo. Houve inclusivamente indivíduos que iam para as reuniões conspirativas, mas que, devido à tal questão hierárquica, não deixavam de ir informar os comandantes de que iam para as reuniões para tratar dos problemas dos decretos. Bem, a nossa grande arma foi, de facto, dizermos sempre que estávamos a discutir o problema dos decretos e a discutí-lo sob a óptica do prestígio das Forças Armadas. E é por isso que eu dou uma importância extraordinariamente grande a esse aspecto, como há bocado lhe dizia.

Como se tratava de encontrar o caminho para reconquistar o prestígio das Forças Armadas, nunca nos coibimos de o fazer abertamente, em grandes discussões e em grandes reuniões. Mas também fazíamos reuniões mais restritas e aí discutíamos outras questões.

Lembro-me que, em fins de Setembro, numa reunião restrita (a primeira em que apareceram elementos de Engenharia, o Pinto Soares, o Luís Macedo e outro capitão, reunião aliás feita para ali-

ciar a Engenharia a entrar no Movimento, pois esta Arma não participara na reunião de Évora por não ser considerada Arma combatente), nessa reunião compareceu também pela primeira vez o Vítor Alves, que era major com o curso do Estado-Maior. Recordo-me que, a certa altura, estava em discussão o problema dos decretos, eu disse: «Isto dos decretos não nos leva a lado nenhum. Nós temos que pensar é em fazer um golpe militar, assumir o poder, fazer eleições, e, passado um ano, entregar o poder a quem ganhar as eleições.» Era uma ousadia dos diabos dizer uma coisa destas. E lembro-me que o Vítor Alves reagiu a isto com a seguinte pergunta: «Mas onde é que tu arranjas generais para fazer a Junta Militar?» E a minha reacção foi a seguinte: «Não tens generais, não tens brigadeiros, não tens coronéis, não tens tenentes-coronéis, podes não ter majores, (porque ele era major) mas garanto-te que há capitães. De certeza absoluta.» E ele disse: «Mas tu sentes-te com coragem para pertencer a uma Junta Militar?» Respondi: «Porque não? Se te estou a pôr a hipótese de derrubar o poder, fazer um golpe militar, vou ter medo de pertencer, a seguir, a uma Junta Militar? Não estou a perceber porquê!»

Este é mais um episódio demonstrativo de que havia posições diversas.

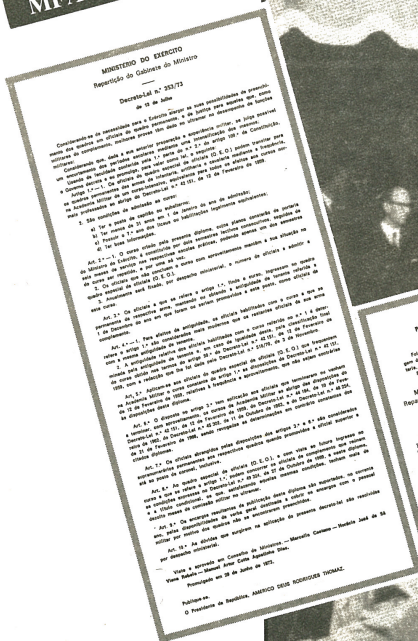
Episódio em S. Bento

Neste ponto, o tenente-coronel Vasco Lourenço contou mais um episódio em que esteve envolvido, na companhia do então major Hugo dos Santos (actual comandante da Guarda Fiscal), passado em S. Bento, no Gabinete de Marcelo Caetano. Foi assim:

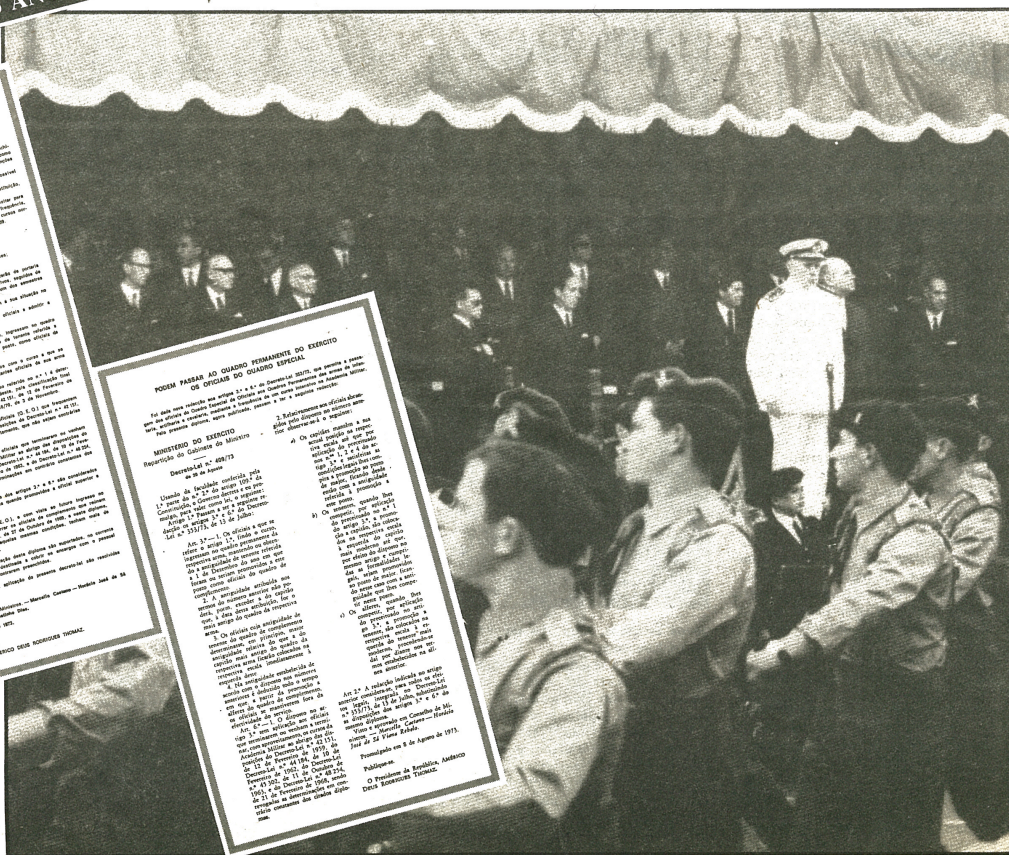
— Enquanto a questão dos decretos e do prestígio das Forças Armadas continuava a fazer o seu caminho, recordo um outro episódio que se passou quando, com o Hugo dos Santos, fomos a S. Bento entregar um abaixo-assinado que chegara de Moçambique. O elemento de ligação que levava esses documentos a S. Bento (já lá tinham sido entregues os abaixo-assinados da Guiné, de Évora e de Angola) não estava em Lisboa e fomos nós. Esse elemento conhecia pessoalmente o adjunto-militar de Marcelo Caetano, o comandante Lanhoso (hoje almirante), a quem entregava os documentos do Movimento.

Como era urgente entregar o abaixo-

MFA NASCEU HÁ 15 ANOS



Américo Thomaz e o governo de Marcelo Caetano assistem a um desfile militar no «Dia de Portugal»; o regime procurava manter as aparências, os militares cada vez menos se prestavam a isso saturados por 13 anos de guerra colonial. Os decretos de Sá Viana Rebelo que foram o ponto de partida para a unidade entre os jovens oficiais



-assinado de Moçambique, o Hugo dos Santos e eu, que nunca lá tínhamos ido, fomos a S. Bento. Chegámos à portaria e dissemos que queríamos falar com o adjunto-militar do Presidente do Conselho de Ministros. E o porteiro: «Têm entrevista marcada?» E nós: «Ah, mas isso é preciso? Não sabemos. Mas diga-lhe que tem aqui dois camaradas militares, do Exército, que querem falar com ele.»

Ele recebeu-nos imediatamente, nós entregámos-lhe o documento, dizendo-lhe que gostaríamos de falar com Marcelo Caetano, para lhe entregar pessoalmente o documento. Ele disse: «Não sei se o senhor presidente os pode receber, mas eu vou lá dentro e depois já lhes digo.» Voltou, não sei se falou com o Marcello, nunca consegui saber. (Hoje dou-me bem como o almirante Lanhoso, já falámos várias vezes sobre isso, e ele afirma que falou efectivamente com o Marcello Caetano.) Ele voltou e disse: «O senhor presidente não os pode receber, pede para ser eu a receber-vos.» E nós entregámos-lhe o documento e dissemos-lhe que era para juntar aos outros que já lá estavam. Então ele disse: «Ah, mas o senhor presidente manda dizer que vocês devem ter juízo (os termos não foram exactamente estes, mas era este o sentido), vocês não podem andar a fazer essas coisas e o senhor presidente não age sob pressão. Ele está disposto a rever o problema dos decretos, mas ele, sob pressão, não actua. Portanto, ele exige que vocês acabem com toda a movimentação e, a seguir, ele resolverá o problema.»

Lembro-me que, na altura, olhei para ele e disse: «Olhe, vamos lá falar claro. E eu vou dar-lhe um conselho, que agradeço que transmita ao senhor presidente. O problema é o seguinte: o senhor presidente está numa encruzilhada. O caminho dele chegou a uma encruzilhada que tem duas direcções totalmente opostas. Ele não pode ir com um pé num caminho e com um pé no outro. Ou vai por um, ou vai pelo outro. Se ele for por um, consegue manter aquele grau de alguma confiança que os jovens militares, nomeadamente os capitães, ainda têm nele, e que faz com que venham junto dele entregar estes documentos para ver se ele intervém. Porque se não tivessem já um mínimo de confiança nele e de esperança nele, se ele já não tivesse credibilidade nenhuma, já nem vinham aqui entregar-lhe os documentos. Ou seja, ainda admitem que haja alguma hipótese. Se ele escolher este caminho, mante-

rá tal confiança e poderá reforçá-la, até. Mas nesse caso, terá que cortar totalmente com os generais velhinhos, que acabaram de fazer a uma reunião do Conselho Superior Militar e que vieram dizer que estão com ele e não sei quê. Ora, esses generais velhinhos já não representam absolutamente nada. Quando aqui lhe vêm dizer que estão com ele, são eles que estão com ele e não têm mais ninguém por trás deles. Já não representam nada. Portanto, o que o senhor presidente tem a fazer é cortar pura e simplesmente com eles e mandá-los todos para casa. Esse é um caminho.

«O outro caminho, e esse é o que estou convencido que ele vai seguir, é o da manutenção da confiança desses generais velhinhos; eles, embora não representem ninguém, vão-lhe dizer que as Forças Armadas estão com ele e o senhor presidente perde por completo a pouca confiança que os capitães ainda têm nele. E, portanto, corta connosco por completo. E então, porque estou convencido que ele vai por este caminho, dê-lhe o seguinte conselho da minha parte: ele que se prepare, porque nós não recuamos mais! Nós, a partir de agora, não recuamos mais nada. Já não paramos. E ele que se prepare, e que se prepare bem, porque vai perder!»

Lembro-me que o comandante Lanhoso olhou para mim e disse: «Está a ver? Isso são ameaças. Isso é chantagem. E o senhor presidente não...» E eu respondi: «Não é chantagem. Eu estou a dar-lhe um conselho e, agora, você faça o que quiser.»

O Hugo dos Santos olhava para mim e devia estar a pensar: «Nós já não saímos daqui. Este tipo é maluco. Nós daqui já não saímos.»

Bem o facto é que saímos. Não ligaram.

Manobra e primeiro grande confronto

Mas, o que se passou em Outubro, demonstra que o Governo caetanista não estava tão desatento como poderia parecer. Conta, a propósito, o presidente da Associação 25 de Abril:

— Bem, como sabe, a evolução do Movimento não foi linear. Em Outubro, logo a seguir às eleições, o poder ensaia uma manobra para enlevar o Movimento, através da nomeação de um subsecretário de Estado que tinha boas relações com alguns dos capitães empenhados na contestação aos decretos. Tratava-se do co-

ronel Viana de Lemos, cuja missão era tentar resolver o problema existente.

A sua nomeação originou a primeira grande luta dentro do Movimento. E, então, aí, ficou claro que havia duas posições, ou, pelo menos, duas grandes posições. Do confronto saiu vencedora, em minha opinião, a posição correcta.

Um dos protagonistas desta situação foi o capitão que fazia a ligação com o Viana de Lemos, e que era o mesmo que, na reunião em minha casa, antes da reunião de Évora, disse que não devíamos fazer a reunião de 9 de Setembro (ele depois acabou por participar no encontro da Herdade do Sobral e foi até escolhido para fazer parte da primeira Comissão Coordenadora do Movimento). Era o Mariz Fernandes. Ora ele, quando foi nomeado o Viana de Lemos, tentou convencer a Comissão Coordenadora, numa reunião muito difícil e conturbada, a fazer um comunicado em que pura e simplesmente se dava um voto de confiança no novo ministro do Exército e ao Viana de Lemos para eles resolverem o problema.

A Coordenadora não aceitou, provocou uma reunião alargada, antes disso houve movimentações de parte a parte, e a luta consumou-se com a saída de Mariz Fernandes do Movimento, acompanhado por mais dois ou três elementos. Os tais para quem tudo se reduzia aos decretos. Recordo-me que, no meio de uma discussão muito grande que então travámos, às tantas o Mariz Fernandes me disse: «Tu, quando foste para Évora, afinal não ias a pensar nos decretos.» E eu disse: «Mas estás a gozar comigo! Então eu não te disse logo? Tu é que não querias ir para Évora, porque achavas que a organização devia ser de outra maneira. Então eu não te disse logo que os decretos só eram importantes por terem provocado uma grande união?»

Como se vê, houve de facto evoluções no Movimento. A Comissão Coordenadora, um pouco «ad hoc», que saíra da reunião de Évora, foi-se alterando ao ritmo que o Movimento de Capitães ia alargando o seu âmbito e influência. Nós começámos a preparar reuniões, a fazer reuniões mais alargadas e é nesse contexto que aparece o Banazol, que referiu há bocado.

A palavra revolução

Os capitães que mais se empenharam na conspiração, para lá de descreverem nos resultados da proposta feita pelo tenente-

-coronel Banazol, reconhecem que ele, com o seu discurso, pôs o Movimento a falar mais claro. Repare-se no que o tenente-coronel Vasco Lourenço diz sobre o episódio:

— O Banazol apareceu numa reunião, em fins de Novembro, na Parede e, de facto, fez o seu discurso da revolução imediata, que eu considero um discurso suicida. Bem, mas o que é facto é que as suas palavras foram recebidas com grande entusiasmo.

Tratava-se de uma reunião da Coordenadora razoavelmente alargada, estávamos aí uns 40 oficiais, e, ao ver aquele entusiasmo todo, recordo-me que, falando com o Luís Macedo, no fundo da sala, lhe disse: «Isto é espantoso! Repara nisto: eu já não sei quantas vezes falei que é preciso tomar posições, nomeadamente já disse que é preciso fazer um golpe e ninguém me ouve. Porque? Porque sou capitão! Agora aparece um tenente-coronel, fala em revolução e toda a gente bate palmas.»

Bem, o Banazol teve, de facto essa grande virtude: como era tenente-coronel conseguiu provocar uma grande agitação e levar gente que até aí só tinha pensado em termos de decretos, a começar a pensar noutros termos. Mas, em minha opinião, a hipótese dele era absolutamente suicida. Ele propunha-se fazer o levantamento em Évora, onde estava estacionado o Batalhão que comandava, vir por aí fora engrossando forças, esperando que o Governo caísse de podre.

Mas o que é facto é que a seguir fez-se a reunião de Óbidos e, nela (esta reunião de Óbidos foi preparada fundamentalmente na reunião da Parede, que decorreu na casa do guarda da Colónia Balnear Infantil de «O Seculo», que ficava por trás da colónia), na reunião de Óbidos fez-se o apuramento das respostas a três perguntas que tinham sido levadas aos oficiais em todas as Unidades ligadas ao Movimento. E as perguntas resumiam as três opções existentes: «1 - continuar com os abaixo-assinados; 2 - pressionar o Governo com uma posição de força e prosseguindo a recolha de assinaturas; 3 - fazer um golpe militar.»

Nessa reunião de Óbidos foi ainda decidido dar resposta à pergunta sobre que chefes a contactar, sendo escolhido o Costa Gomes por uma grande vantagem sobre o segundo, o Spínola, que teve muito menos votos. Foi também apontado pelos lára-queidistas e por mais dois ou três elementos, o Kaulza, hipótese

MFA NASCEU HÁ 15 ANOS

que foi afastada. Foi igualmente em Óbidos que foi eleita uma Comissão Coordenadora do Movimento de 21 elementos, três por cada Arma ou Serviços, acabando por ficarem 19, por um dos Serviços, o de Material, só ter tido possibilidades de apresentar um elemento.

Esta Comissão Coordenadora fez, algum tempo depois, a sua primeira reunião, para a escolha da sua própria direcção. Nela, eu passo a ocupar a parte operacional e de ligações, o Vitor Alves fica responsável pela ligação aos outros ramos das Forças Armadas e às ex-colónias e fica o Otelto responsável pela parte do secretariado. Esta foi a escolha feita nessa altura.

Bem, nesta reunião da Caparica aconteceu uma situação caricata. Esta reunião foi na quarta-feira seguinte à reunião de Óbidos. Esta tinha sido no feriado de 1 de Dezembro, e a da Caparica foi na quarta-feira seguinte. A dado passo da reunião, um dos elementos que tinha sido escolhido pela Cavalaria para a Comissão Coordenadora disse: «Eu estou aqui a mais. Estou aqui mal. Estou aqui a ouvir falar em entregar as colónias, acabar a guerra, vocês são uns traidores. E eu vou-me embora, que estou aqui a mais. Mas prometo que não vos vou denunciar.»

Ficámos todos com cara de parvos. Isto, está a ver, já depois da reunião de Óbidos. Foi a única reunião alargada em que esteve o Vasco Gonçalves e lembro-me que, depois do episódio, ele disse: «Eu, de facto, fiquei admirado quando o vi cá, porque o conheço muito bem. Ele é meu afilhado e não é para estas coisas. Mas vocês, de facto, podem ter confiança que ele não vai contar nada.»

De facto, ele não contou nada, mas isto mostra o tipo de situações que se viveram.

Manobra do poder abortada e grande salto

Nestas circunstâncias os oficiais do Movimento não tinham remédio senão continuar. Mas tiveram ainda que vencer



novos escolhos. Conta o tenente-coronel Vasco Lourenço:

— Bem, a seguir, continuámos. Houve uma resposta do poder e, pelo meio, aquela cena do Banazol que é mandado para a Guiné separado do seu Batalhão e o Dinis de Almeida e eu obrigados a ir pernoitar a uma unidade, porque o poder teve medo que fizessemos um golpe de Estado sozinhos. Não percebi. Esta questão do Banazol foi fruto das escutas telefónicas que então eram feitas. Tratou-se de uma chamada minha para o Dinis de Almeida que foi interceptada.

A resposta do poder consistiu no aumento dos vencimentos no final de Dezembro, aumentando os capitães muito mais do que os outros postos. Aí nós recámos e chegámos a discutir na Comissão Coordenadora a hipótese de fazer um movimento de recusa de recebimento dos vencimentos. Desistimos, porque concluímos que perderíamos se fôssemos

por esse caminho. Foi então que lançámos a palavra de ordem dizendo que os aumentos não nos podiam fazer parar, que a nossa consciência não estava à venda, que a questão do desprestígio das Forças Armadas se mantinha.

E não nos fizeram efectivamente parar. Se o aumento tivesse sido em Outubro, teríamos tido muito mais dificuldades. No início de 74, o Movimento ia engrossando e foi a altura em que a Coordenadora decidiu elaborar um documento em que se clarificassem os nossos objectivos, tendo como base os problemas militares.

Lembro-me que fui encarregado de contactar um oficial para o elaborar. Trata-se de um moço extraordinário, que, depois de me ouvir, me disse que não queria fazer um tal documento a abordar só questões militares, por já estar claro no espírito de muitos que os nossos objectivos não se ficavam por aí. Lem-

«Como se tratava de encontrar o caminho para reconquistar o prestígio das Forças Armadas, nunca nos coibimos de o fazer abertamente, em grandes discussões e em grandes reuniões. Mas também fazíamos reuniões mais restritas e aí discutíamos outras questões.»

bro-me de lhe ter dito: «Desculpa, neste momento as reivindicações são só praticamente de natureza corporativa. É proibido falar em política. Portanto, tu só vais tratar de questões de natureza corporativa.» Ele respondia: «Mas isto para mim é uma violência!» E eu, teimoso: «Mas só vais fazer isso!»

Ele lá acabou por assumir o compromisso, discutiu o documento connosco na Comissão Coordenadora e nós consideramos-nos em condições de convocar uma reunião mais alargada, para discutir o tal documento. Não sei exactamente a data da reunião, mas penso que foi em fins de Janeiro, pelo menos depois do dia 20 de Janeiro. O local da reunião foi a casa do coronel Marcelino Marques, ali algures no Lumiar, não sei exactamente onde. É a primeira reunião em que aparecem o Melo Antunes, o Charais, o Costa Brás, o Garcia dos Santos.

A certa altura da reunião, toda a gen-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

Pôr em funcionamento uma «memória das coisas»

Não há nenhum acontecimento, por mais importante que seja na vida dos povos ou das pessoas, que resista completamente à prova da passagem do tempo. O 25 de Abril, embora, como é costume dizer-se, continue bem vivo no coração da esmagadora maioria dos portugueses, também está sujeito a essa lei da vida.

Dá que tenha sido avisada, prudente e oportuna a proposta de um grupo de docentes das Faculdades de Economia e Letras da Universidade de Coimbra de criação, nesta instituição, do que já é o «Centro de Documentação 25 de Abril», provisoriamente instalado na Rua Antero de Quental, 195, Coimbra.

De acordo com os termos do despacho de Rui Alarcão, reitor da Universidade de Coimbra, datado de 7 de Dezembro de 1984, o «Centro de Documentação 25 de Abril» destina-se «fundamentalmente a recolher e a tratar cientificamente a imensa documentação sobre o que foi, sem dúvida, um dos principais acontecimentos globais do nosso País neste século».

Segundo a mesma fonte, «o centro de documentação visa recuperar esse valioso material disperso pelo País, e mesmo pelo estrangeiro, na posse de pessoas ou de organizações sociais, políticas, culturais e religiosas, e organizá-lo de modo a poder torná-lo disponível para os interessados em conhecer e compreender tanto os acontecimentos preparatórios como o período posterior ao 25 de Abril de 1974 e, portanto, as raízes mais próximas das transformações da sociedade portuguesa neste fim de século».

Entendem os promotores da iniciativa que é necessário «pôr em funcionamento uma «memória das coisas» que possibilite o efectivo lançamento de uma investigação científica séria, a qual se deseja tão longe do empirismo desordenado quanto do dogmatismo político».

Breve inventário

Em funcionamento desde Abril deste ano sob a direcção do professor Boaventura



de Sousa Santos, da Faculdade de Economia de Coimbra, o «Centro de Documentação 25 de Abril», solicitado pelo «Fim-de-Semana», remeteu-nos o seguinte «breve inventário» dos «fundos documentais» que já possui:

«Monografias, 2500 títulos. Publicações periódicas, 150 títulos portugueses, 100

títulos estrangeiros, 10 títulos em colecção viva. Documentação de arquivo, 40 pastas com panfletos, 300 caixas de documentação vária (total: cerca de 11 metros cúbicos)».

Nos elementos informativos enviados, o centro de documentação apresenta como «espólios a realçar» os seguintes: «Documentos originais do período 74-76: salientam-se, entre muitos, almirante Victor Crespo, dr. Macaísta Malheiros, Luís Moita, Jorge Abegão, Rodrigo de Freitas, major Pereirinha. Período final do colonialismo: sobretudo Moçambique, ocupando 10 metros cúbicos. Espólio da Associação 25 de Abril: nos termos do convénio celebrado entre esta Associação e o Centro, este último passa a ser o depositário do acervo documental daquela Associação, assegurando a sua preservação e tratamento técnico. Espólio António de Figueiredo: mais de 100 cartas do general Humberto Delgado. BBC: documentação sonora do início da guerra colonial até 1976. Em colaboração com a Secção Portuguesa dos Serviços Externos da BBC. Comité pró-Democracia: organização oposicio-

nista durante o regime salazarista com sede em Nova Iorque, 14 dossiers com cerca de 1500 cartas. Luta Comum (Londres): organização de emigrantes em Londres, material ocupando um metro cúbico de espaço».

O «Centro de Documentação 25 de Abril», que solicita a quem possua documentos que os ceda por doação, por venda ou para reprodução, detém igualmente a seguinte iconografia: microfichas de recortes de imprensa — leitura selectiva de imprensa portuguesa de 1974-1977. Fotocópias de recortes de imprensa? Portugal na imprensa britânica de 1973-76, mil cartazes, 1200 autocollantes e centenas de fotografias.

O «Centro de Documentação 25 de Abril» também já publicou, em edições portuguesa e inglesa, a obra de Ronald H. Chilcote, da Universidade da Califórnia, «A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974». Trata-se do primeiro volume de uma investigação documental e bibliográfica «de âmbito muito amplo, com base em fontes de muito diferente natureza, dispersas por muitos lugares, alguns de difícil acesso».

MFA NASCEU HÁ 15 ANOS

te começa a bater no documento. A dizer que o que ele propunha não era nada, que se limitava às questões corporativas e que isso, só por si, não interessava. Sei que a certa altura, o autor do documento tem uma fúria, atira os papéis que tinha na mão para o chão e diz: «Eu não estou para vos aturar!» E, virado para mim: «E vocês obrigaram-me a fazer um documento desta natureza, estão-me a bater, mas sabem que eu não concordo com isto!» E eu: «Tem calma, tem calma, pois estamos a atingir os objectivos pretendidos: quer dizer, tu fizeste um documento tão atrasado em relação àquilo que a malta já está a pensar, que provocaste esta reacção. E isto é óptimo!» Bem, este é o momento da grande viragem.

Lembro-me que tive uma grande dificuldade em convencer esse camarada militar (que é uma pessoa por quem eu tenho uma admiração, uma ternura e consideração muito grandes, que é o José Maria Moreira de Azevedo, o coronel José Maria Moreira de Azevedo) a aceitar participar numa das comissões de redacção dos documentos que ali se decidiram elaborar. Ele dizia: «Nunca mais me apanham a fazer documento nenhum!», mas lá o conseguimos convencer.

Foram então escolhidas três comissões para elaborar documentos, que, mais tarde, se reduziram a duas. São elaborados dois documentos, os quais estão na origem do documento depois aprovado em Cascais, em 5 de Março.

Golpe decidido em Cascais

As coisas começaram a acelerar-se. Vasco Lourenço apresenta a sua visão:

— Entretanto, em meados de Janeiro, manifestações de colonos na Beira, em Moçambique, provocaram muita agitação e indignação entre os oficiais. Os colonos chegaram a atacar a messe de oficiais e a insultar os presentes. O episódio ajudou a uma maior movimentação e depois foi feita, efectivamente, a grande reunião de Cascais, em 5 de Março, em que é aprovado o documento «As Forças Armadas e a Nação», de clara natureza política, e decidido fazer o golpe militar. Nessa reunião participaram mais de 190 oficiais.

Foi também nomeada uma comissão de redacção do Programa do Movimento, para a qual eu propus o nome de Melo Antunes, que ficou encarregado da elaboração do Programa. A mim caber-me-ia organizar a parte militar.

Mas, depois, tudo começou a complicar-se e a precipitar-se. Eu sou transferido para os Açores, preso antes de embarcar, finalmente transferido e sou substituído, não na direcção do Movimento, mas as minhas funções são atribuídas ao Otel. Depois, o Melo Antunes também vai para os Açores. Dá-se, entretanto, o 16 de Março e, a seguir ao 16 de Março, há um momento de desorganização, a que se segue a recuperação e vem o 25 de Abril, em que é divulgado o Programa do Movimento, entretanto elaborado por essa comissão de redacção que tinha sido esboçada e, tanto quanto sei, aprovado pelos elementos da direcção e da Comissão Coordenadora. Não sei se terão feito alguma reunião de toda a Comissão Coordenadora alargada para discutir o Programa do Movimento, mas, tanto quanto sei, foram os elementos da comissão de redacção do Programa, junto com os elementos da Comissão Coordenadora, que acabaram por aprovar o Programa.

Em certa medida, penso que lhe respondi àquela questão sobre as motivações dos oficiais: houve efectivamente alguns que, desde o início, pensavam em mais do que dar uma resposta a questões corporativas; há outros que vão para lá só a pensar nisso, mas têm uma evolução muito grande. Mas foi, de facto, o lançamento da palavra de ordem de que era preciso reconquistar o prestígio das Forças Armadas que nos pôs no caminho estratégico certo: demonstrou-se que as Forças Armadas estavam desprestigiadas perante a Nação; disse-se que era preciso reconquistar o prestígio dos militares junto do Povo português. Logo que se fez a demonstração do desprestígio foi fácil concluir qual era a solução. A única solução para reconquistar o prestígio era derrubar o poder e instituir a democracia.

SENTINELA DO POVO



A vassalagem da «brigada do neumático» a Marcelo Caetano: nessa ocasião já os jovens oficiais tinham decidido derrubar o regime. «fac-símile» do documento assinado em Évora pelos oficiais participantes na reunião de 9 de Setembro de 1973 (DOCUMENTOS REPRODUZIDOS DO LIVRO «ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MFA», DE DINIS DE ALMEIDA)

MFA:

Um estado de espírito

— Dêmos um salto para a actualidade. No preâmbulo da Constituição da República lê-se: «A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do Povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

«Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.»

Isto, para lá de ser justo, é o bastante, tenente-coronel Vasco Lourenço?

— Em relação a isso, interessa ter presente que, desde sempre, a questão da institucionalização do Movimento foi muito complicada. Definimos sempre o MFA mais como um estado de espírito do que como uma organização concreta, tipo partido político.

É evidente que, depois do 25 de Abril, o Movimento acabou, em determinado período, por se institucionalizar, principalmente depois do 11 de Março. E, já antes, a Comissão Coordenadora pertencia ao Conselho de Estado, havendo ainda uma resultante institucional indirecta do MFA, que era a Junta de Salvação Nacional.

Mas a institucionalização deu-se principalmente depois do 11 de Março, com a constituição do Conselho da Revolução e, depois de aprovada a Constituição, por força do Pacto MFA-Partidos, o MFA ficou institucionalizado, mas transitariamente.

O Movimento nunca pretendeu a sua institucionalização e o seu prolongamento no tempo, uma existência permanente, para além do que foi definido como o período de transição. Considerámos sempre que, para lá da organização, o MFA era um estado de espírito. Olhando para o que se ambicionava antes do MFA, a situação existente é satisfatória: vivemos em regime de liberdade.

Podemos é discutir o comportamento das diferentes forças políticas, das personalidades que estiveram empenhadas no processo para com o Movimento e os seus elementos mais destacados. E uma das coisas que nos magoou muito foi o processo, na revisão da Constituição,

como terminou o período de transição.

A certa altura, tentou acusar-se-nos de não querer acabar com o Conselho da Revolução. Essa é a grande mágoa que temos. A forma como aquilo terminou e se reflectiu nas comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril: a fantochada que foram as comemorações oficiais, em contraste com o brilho e a grandeza das comemorações populares. Não avançamos para o 25 de Abril por causa das benesses pessoais, nem para ter estátuas, ou sermos considerados heróis. Mas reivindicamos atitudes de consideração e respeito pelo que fizemos.

Em termos de Movimento, sempre tivemos presente que, cumprida a missão de devolução da soberania aos portugueses, o Movimento, como tal, desapareceria.

Quanto à actualidade e aos últimos tempos, não me é fácil dar uma resposta. De uma forma geral, as grandes ideias do Movimento, a liberdade e a democracia, estão institucionalizadas.

Em relação às Forças Armadas, a situação é muito complicada para se analisar ou discutir sucintamente. O MFA, apesar da situação que se vivia antes do 25 de Abril, não deixou de ser um movimento rebelde dentro de uma instituição, a militar, muito marcada por uma estrutura em que se destacam a hierarquia e a cadeia de comando. Ao fim e ao cabo, houve um grupo de militares que, numa instituição de princípios extraordinariamente conservadores, se rebelou e assumiu o poder.

Simplemente, pelas características desse grupo, porque nunca foi uma entidade perfeitamente organizada, bem comandada e estruturada, e até pelo facto de a conspiração só ter durado oito/nove meses, o Movimento verdadeiramente nunca passou de um estado de espírito, fundamentalmente condicionado pela existência da guerra em três frentes e completamente empenhado em que se percebesse que o MFA não queria o poder, ou as benesses que dele provêm. Assim, o grupo nunca assumiu completamente esse acto que realizou e isso logo desde o início, como se vê no facto de ter ido escolher, fora de si, os elementos da Junta de Salvação Nacional, nenhum deles integrado no Movimento.

E o que é um facto, é que os comandantes do Movimento acabaram por ficar

«(...) depois foi feita, efectivamente, a grande reunião de Cascais, em 5 de Março, em que é aprovado o documento «As Forças Armadas e a Nação», de clara natureza política, e decidido fazer o golpe militar. Nessa reunião participaram mais de 190 oficiais.»

com os postos que tinham. Houve grandes contradições. Houve oportunismos extraordinariamente grandes. Houve muitos que, de forma calculista e oportunista, se acomodaram para deixar passar a tormenta, mas nunca mais perdoaram aos rebeldes. Os elementos mais activos acabaram por ter que se envolver em situações que, apreciadas em termos militares estritos, foram complicadas. Queimaram as mãos, alguns queimaram-se todos, mas o que é um facto é que, com a evolução dos acontecimentos, o poder político nunca assumiu bem o papel do MFA, nunca deu poder aos elementos mais destacados do MFA e, hoje, vive-se uma situação inacreditável, para quem esteja de fora. Há um grupo que se rebelou, gente que foi fundamental na implantação de um regime democrático. E o regime democrático acaba por recuperar todos os militares que eram o sustentáculo do regime não democrático e dar cobertura a situações de perseguição clara aos militares do 25 de Abril. Hoje, ter pertencido ao MFA, ter-se empenhado no 25 de Abril, em termos militares, é um selo negativo. Bem negativo. Salvo raríssimas excepções, isso impossibilita tais militares de atingirem postos de comando importantes.

Comparando, em certa medida, com o que se passa nos diferentes sectores da vida nacional, isto hoje está bom é para os arrependidos. O que é espantoso! Porque o 25 de Abril saiu vencedor e a situação democrática que vivemos é resultante do 25 de Abril!

— E esse estado de espírito de que fala, mantém-se nas Forças Armadas? Mesmo nos jovens quadros entretanto chegados às fileiras?

— Penso que o estado de espírito do MFA, tendo em conta a evolução dos tempos, se mantém. A resultante do 25 de Abril, no que se refere aos militares portugueses, mantém-se e neste aspecto: hoje, dificilmente se vêem os militares portugueses a defender posições não democráticas. Resumindo, sobre a questão do que resta do que foi o MFA: hoje é pacífico entre os militares, que eles não devem atentar contra a democracia e também é pacífico que devem ser eles, como instituição, os garantes últimos de uma situação democrática no País. E isso também é uma resultante da acção do MFA.